

ATA N.º 49/2015

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2015

Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores António José Ferreira Sousa Correia Santos, Presidente, Jorge Alberto Bombas Amador, Vice-Presidente, Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves, Pedro Miguel Carvalho Maldonado Freitas, Cristina Maria Luís Leitão e Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Vereadores, reuniu-se, ordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Ordem do Dia:-----

----- Documentos previsionais:-----

----- 1) Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2016;-----

----- 2) Orçamento do Município de Peniche, para o ano de 2016;-----

----- 3) Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2016;-----

----- 4) Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2016;-----

----- 5) Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2016;-----

----- 6) Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2016;-----

----- Cumprimento do preceituado na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro:-----

----- 7) Autorização prévia ao Município de Peniche para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano;-----

----- 8) Autorização prévia aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano.-----

----- 2.º - Aprovação da minuta da ata.-----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram dezoito horas e quarenta minutos, encontrando-se na sala seis dos sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche.---

Estiveram presentes, durante toda a reunião, os senhores Jorge Abrantes, Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência, e Ana Nunes e Pedro Ferreira, Técnica Superior e Assistente Técnico do Departamento Administrativo e Financeiro.-----

RECONHECIMENTO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE:

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento de que o senhor Vereador Ângelo Miguel Ferreira Marques e a senhora Sandra Cristina Machado Matos, cidadã que se seguia na respetiva lista, comunicaram a sua ausência à reunião de hoje, ao abrigo e nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e, encontrando-se presente na sala o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, senhor Pedro Miguel Carvalho Maldonado Freitas, do Partido Socialista, conforme exarado no Edital n.º 52/2013, de 2 de setembro, emanado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, na sequência do ofício n.º

1301547, datado de 28 de agosto de 2013, do Tribunal Judicial de Peniche, reconheceu a identidade e legitimidade do referido cidadão, pelo que este passou, de imediato, a participar na reunião, nos termos do n.º 1 do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara Municipal passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações, por votação nominal e unanimidade: -----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS:

O senhor **Presidente da Câmara** disse que as Grandes Opções do Plano e o orçamento não traziam muito de novo, que todos sabiam os investimentos que haviam sido efetuados, no entanto, chamou à atenção para o facto de estarem inumeradas, aquilo que se consideram as prioridades para 2016/2017, e da separação que foi efetuada na apreciação dos impostos e do Orçamento. Classificou de guião político, em termos de orientações estratégicas, as páginas 5, 6 e uma parte da 7, do documento relativo às Grandes Opções do Plano. Disse julgar que todos têm consciência, da forma realista e rigorosa, como têm sido aplicados os valores das componentes das despesas correntes e das despesas de capital. Fez uma breve introdução relativamente ao essencial dos documentos. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse não estarem em condições de votar os documentos apresentados, por falta de tempo para fazer uma leitura atenta de todas as propostas, uma vez que haviam sido disponibilizadas na terça-feira anterior. Referiu a síntese que foi efetuada relativamente às Grandes Opções do Plano e disse que, o que era mais substancial da atividade da câmara, para o próximo ano, tinha muito a ver com aquilo que é o Portugal 2020. Disse não haver capacidade financeira para executar algumas necessidades do concelho e até promessas, sem que se recorra a apoios financeiros desta natureza. Relembrou que esta era uma candidatura por excesso, uma vez que os meios financeiros não são muito alargados e ainda existe o contratempo que deriva do passado, o Centro Escolar de Atouguia da Baleia, que era uma das opções prioritárias que não se tendo realizado, no âmbito do anterior quadro comunitário de apoio, o QREN, foi transferida para o atual quadro comunitário de apoio. Disse que desta forma havia menos capacidade de manobra, por parte do Município, de ver aprovadas outras candidaturas e outras execuções. Disse não lhe parecerem estar contempladas nestas Grandes Opções do Plano, algumas situações que não dependem de grandes meios financeiros mas que dependem da Câmara. Deu como exemplos as questões relacionadas com a agricultura, turismo, gestão autárquica, etc. Julga existirem algumas questões, em que a Câmara nem sequer faz um esforço, no sentido de pressionar o governo para que estas sejam executadas. Reiterou a ideia de que as Grandes Opções do Plano se resumem ao Portugal 2020. Disse não bastar existirem planos e que estes tinham que ter consequências, do ponto de vista prático, dando como exemplo o plano de urbanização do Vale do Grou. Classificou o texto apresentado no documento como um texto de programa eleitoral, uma vez que transparece pouca concretização. O senhor Vereador **Filipe Sales** esclareceu que tinham noção dos timings em que estão a ser apreciados os documentos, estruturantes, fundamentais e orientadores para o funcionamento do próximo ano. Disse que também tinham noção de que o calendário orçamental apontava para a data de 31 de outubro, para que a Câmara Municipal remeta estes documentos à Assembleia Municipal, e que os documentos devem ser apreciados pela Câmara Municipal, no seu todo, com muito cuidado, devendo serem, também, alvo de uma grande reflexão. Manifestou o seu descontentamento pelo facto de todos os documentos só terem sido disponibilizados no dia 27 de outubro de 2015, na medida em que encaram as suas funções com grande sentido de responsabilidade, parecendo-lhes manifestamente insuficiente este timing. Disse saber que esta

metodologia não é novidade e lembrou que em 2003, quando o senhor Presidente da Câmara era vereador, estes documentos estruturantes, foram remetidos com onze dias de antecedência. Disse que, dada a composição da Câmara Municipal, este tipo de documentos de carácter estruturante e orientador, deveriam ser alvo de uma apresentação mais exaustiva, no sentido de ser aberta aos contributos de todos. Reiterou o facto desta metodologia, não ser a mais correcta e manifestou desilusão pela falta de diálogo na metodologia apresentada nas Grandes Opções do Plano e Orçamento. Disse que, de facto, a questão do Centro Escolar de Atouguia da Baleia é uma prioridade, que os reveste a todos de muito orgulho e satisfação. Lembrou que esta prioridade não é recente, que em 2011 as Grandes Opções do Plano, já referiam o início dos trabalhos de construção do Centro Escolar de Atouguia da Baleia para o ano seguinte, manifestando o seu contentamento, por passados estes anos todos, continuar a ser uma prioridade e ter enquadramento no quadro da ITI. Disse que, tendo em conta toda a ação política tida ao longo do ano, enquanto oposição responsável, onde apontaram quais os caminhos a seguir e quais as alternativas que consideravam pertinentes e onde de alguma forma elencaram alguns casos concretos, gostariam de a ter visto refletida nas questões das Grandes Opções do Plano e Orçamento. Deu como exemplos a revisão dos acordos dos contratos de execução de competências delegadas e dos contratos interadministrativos, lembrando que desde a génese deste assunto o PSD pugnou para estar no centro de decisão, no centro de negociação com a Junta de Freguesia, por considerarem que pertence às competências da Câmara Municipal. Disse que gostariam de ver vertida nas Grandes Opções do Plano, quando se fala da descentralização ampla e relação com as freguesias, o envolvimento de toda a câmara Municipal de forma cabal, evidente e efetiva, tendo em conta aquilo que foi a ação, por parte dos Vereadores do PSD, ao longo deste último ano. Em relação ao orçamento participativo disse parecer-lhes ser uma questão fundamental, na medida em que se trata de uma forma de aproximar e envolver todos os cidadãos nas tomadas de decisões a cerca de investimentos públicos municipais, vendo com algum desagrado não estar inscrita qualquer votação, tendo em vista a inclusão desta proposta do orçamento participativo. Referiu outras questões que não lhes pareceu estar assegurada a sua concretização, como o plano de arborização, a questão do estudo para a requalificação da imagem do Concelho de Peniche, a reformulação da sinalética, a reinvenção do modelo de recolha dos resíduos sólidos urbanos, registando com agrado o investimento efetuado, relativamente às viaturas de recolha de RSU e na ETRS, a revitalização do Mercado Municipal, as estruturas sobrelevadas para preservação dos cordões dunares, a defesa do património histórico e cultural, a continuação de apoio à prática desportiva no concelho, o arranjo do talude junto à Caixa de Crédito Agrícola de Peniche, o canil existente no município e situações relacionadas com equipamentos municipais. Reiterou a manifestação de descontentamento por verificarem que não se encontram vertidas, nos documentos apresentados, as ações políticas dos vereadores do PSD, tidas, ao longo do ano. Por todas as razões apresentadas, disse não estarem em condições de tomar qualquer posição em relação às Grandes Opções do Plano e Orçamento. O senhor **Presidente da Câmara** deu conta de que os documentos não iriam ser votados naquele dia. Disse que, em termos de trabalho, tem havido muitas frentes, e que os recursos existentes não permitem que as disponibilizações sejam efetuadas como gostaria, de forma antecipada. Disse que em circunstância alguma, esta situação derivava de uma menor atenção, admitindo mesmo, que relativamente a algumas questões que foram colocadas, possa ter havido alguma omissão involuntária. Disse julgar que a maior parte das ações políticas, referidas pelo senhor Vereador Filipe Sales se encontram vertidas nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento, pelo menos, no que toca à sua questão fundamental, dizendo que alguns aspetos poderão, ainda, ser acrescentados, tendo em conta as observações que ali haviam sido efetuadas. O senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conta de que houve oportunidade de reunir com as Juntas de Freguesia e ouvir os seus contributos e incluir as suas propostas em sede de orçamento,

relativamente às questões que consideraram importantes, designadamente a questão dos equipamentos. Esclareceu que o estatuto do direito de oposição havia sido cumprido e que quando reuniram com os senhores Vereadores do PS e PSD, foi feita uma exposição objetiva daquilo que lhes parecia ser os aspetos mais relevantes das Grandes Opções do Plano e do Orçamento. Disse que a questão dos prazos não era indiferente para ninguém, uma vez que todos gostariam de disponibilizar os documentos mais cedo, no entanto, torna-se claramente difícil aceitar o argumento referido pelo senhor Vereador Filipe Sales, de que em 2013 era de outra forma, uma vez que, logo, na elaboração desses documentos existiam um conjunto de fatores que a facilitavam. Referiu que, atualmente, o processo de elaboração desses documentos, obriga a um tipo de responsabilidade, que o torna mais moroso, mais complexo e com números do grau de execução mais realistas. Disse haver uma realidade que mudou e que julga todos reconhecerem ser bastante diferente e complexa. Referiu o facto de estarem a apresentar estas Grandes Opções do Plano e Orçamento, num quadro preocupante, que é não se saber qual o conteúdo do próximo orçamento de estado, o que pode provocar alterações indesejadas, no decurso do próximo ano. Relembrou que todos haviam acordado fazer-se a separação da data de aprovação dos impostos da data de apreciação e votação destes documentos previsionais, facto que julga ter ajudado bastante na elaboração do Orçamento. Em relação à estratégia de umas Grandes Opções do Plano, como as apresentadas, assentes na educação, na habitação social, na cultura, no planeamento, nas obras públicas, na descentralização, no desporto, no turismo, na higiene e limpeza, etc, disse ser uma estratégia acertada, que partiu do princípio de dar continuidade às obras que estão em curso. Fez uma breve descrição das obras em curso, iniciadas no ano decorrente, nomeadamente o edifício do Parque de Campismo Municipal, a conclusão da primeira fase do fórum da Serra d'El-Rei, o Centro Interpretativo da Ilha da Berlenga, a intervenção de construção civil na ETRS, as intervenções efetuadas em algumas das escolas da cidade e do concelho, a reabilitação dos lavadouros, os wc do Mercado Abastecedor, a rede viária, as intervenções nos bairros, etc. Disse haver uma questão que não se encontrava vertida nos documentos, mas que considerava importantíssima, que era o investimento que tem sido feito pelos privados no concelho, num quadro de crise que se tem atravessado. Considerou que o concelho de Peniche é um concelho apetecível para investir. O senhor Vereador **Filipe Sales** disse que, relativamente ao que o senhor Vice-Presidente da Câmara disse, sobre o concelho de Peniche ser amigo do investimento e que os investidores continuam a procurar o concelho para investir, havia um grande caminho a percorrer. Relembrou o facto de pertencer a uma geração onde o desemprego é enorme e que Peniche a nível de mão-de-obra qualificada tem uma taxa de desemprego bastante acentuada. Referiu que havia muito trabalho a fazer, no que diz respeito a captar investimento que possa criar emprego e riqueza e o facto de não haver uma zona industrial onde se possa oferecer o chão para as empresas se instalarem é uma grande fragilidade. Disse que Peniche tem sido alvo de grandes investimentos ao nível da restauração e hoteleiro, devido ao grande valor acrescentado que o Campeonato Mundial de Surf traz, que tem a marca do senhor Presidente de Câmara, no entanto, chamou à atenção para que não se julgue que por essa razão o caminho está completo. Disse ser fundamental captar investimento, criar emprego e riqueza. O senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que a questão do desemprego mexe com toda a gente e que a preocupação com este assunto deve manter-se até que hajam desempregados no concelho de Peniche. Esclareceu que esta é uma matéria que deve uni-los mas que não depende exclusivamente do esforço da autarquia a solução para a questão do desemprego. O senhor **Filipe Sales** concordou com o senhor Vice-Presidente da Câmara, relativamente a não depender exclusivamente do esforço da autarquia a solução da questão do desemprego, mas chamou à atenção para o facto de não existirem oportunidades no Concelho para pessoas jovens que se licenciam e que depois não têm qualquer oportunidade de emprego e se veem obrigados a sair de Peniche para trabalharem, para além do desemprego efetivo existente. Disse ser

interessante pensar-se na questão do desemprego como uma grande batalha que se tem de cruzar. O senhor **Vice-Presidente da Câmara** fez um pequeno parêntesis relativamente às estruturas sobrelevadas, dizendo que este ano houve um conjunto delas que foram executadas e que este é o caminho para várias zonas. O senhor **Presidente da Câmara** referiu o plano de arborização, dizendo que deveria estar vertido nos documentos apresentados e as formas de participação que têm sido proporcionadas. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse que para além daquilo que são as candidaturas, não existe mais projeto nenhum. Referiu a necessidade da existência de projetos para que a qualquer altura estes possam ser lançados, dando como exemplo o atraso que houve no projeto do Centro Escolar de Atouguia da Baleia, que fez com que o município não tivesse aproveitado no quadro anterior verbas para realizar essa obra. Referiu o comentário que a senhora Isabel Damasceno fez relativamente à construção do Centro Escolar de Atouguia da Baleia. O senhor **Presidente da Câmara** manifestou o seu descontentamento pelo comentário proferido, dizendo não ter sido uma atitude responsável, fazê-lo. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse nunca terem descartado a hipótese de encontrarem soluções, do ponto de vista financeiro, que habilite a Câmara a ter alguns projetos que são prioritários para este concelho, quer seja esta ou outra câmara a executa-los. O senhor **Presidente da Câmara** deu conta de que a questão do reordenamento da bacia portuária e da criação das condições para o espaço de acolhimento empresarial de base tecnológica dentro do porto de pesca não se encontrava explícita nos documentos, mas que deveria ter continuação. O **senhor Vice-Presidente da Câmara** referiu a impossibilidade, através do Portugal 2020, de se ter um pavilhão multiusos e as condições que mantêm relativamente à criação do parque temático. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse que os documentos apresentados, este ano, eram praticamente uma cópia dos do ano anterior. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** disse já terem feito a intervenção de fundo, todavia, não quis deixar de dizer que, relativamente às Grandes Opções do Plano têm muito do que existia nos anteriores, algumas delas porque não se conseguem concretizar. Disse não colocar em causa a elaboração dos documentos, dizendo que estão bem elaborados, com muita informação, mas que foram disponibilizados tarde, para apreciação. Considerou que as Grandes Opções do Plano possuem determinada adjetivação que não deveria fazer parte das mesmas, tendo dado como exemplo o ponto que descreve a descentralização da relação com as freguesias. Deixou uma nota para que se esclareça que os vereadores do PSD não participaram na relação da Câmara com as juntas, não tendo assim, conhecimento dos critérios, dos cálculos e da metodologia adotada. Relativamente à questão de se desconhecer as propostas do orçamento de estado e disto se poder traduzir em alterações orçamentais, disse não ver mal algum, nesta situação, uma vez que são feitas revisões orçamentais a cada quinze dias, tratando-se assim de uma prática corrente que tem sido efetuada nos últimos dois anos. Disse que poderia ser um documento menos adjetivado e com uma elaboração mais correta. Relativamente ao orçamento participativo, disse que o PSD reclama, desde 2013, a inscrição de uma verba para isso e que, em Portugal, já existem 157 municípios com esta medida. O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que, tendo em conta o nível de recursos humanos existentes e a forma envolvente como se tem estado a trabalhar em todos os assuntos, não deixa muita margem para ter uma componente participada. Disse que se poderia colocar uma linha nas Grandes Opções do Plano a dizer que em 2016 ensaiar-se-á a metodologia para o orçamento participativo. Desafiou a senhora Vereadora Clara Abrantes para que com os elementos alocados ao seu pelouro possam ver o que é necessário fazer para a implementação desta medida. A senhora Vereadora **Clara Abrantes** aceitou o desafio, dizendo que o orçamento participativo pressupunha todo um trabalho que teria de ser desenvolvido em conjunto, em que há uma preparação para essa participação. Disse haver muito boas bases designadamente, a nível da juventude, associativismo, distribuição dos bens de primeira necessidade, idosos, etc, para avançar, de uma forma concertada, para um orçamento participativo. O senhor Vereador **Filipe Sales** disse que

queria que ficasse claro que por estarem a propor a medida do orçamento participativo estivessem a apoucar todas as outras medidas de participação criadas. A senhora Vereadora **Cristina Leitão** disse que as propostas apresentadas pelo PSD têm em conta a possibilidade que o município tem de as fazer. Alertou para o facto de haverem questões que não têm estudos e que têm projeção no futuro, uma vez que estão vertidas nos documentos apresentados e outras que possuem estudos não são sequer referidas, dando como exemplo o edifício do parque de campismo que possui um estudo de transformação em alojamento. O senhor Vereador **Jorge Gonçalves** disse que o orçamento participativo era uma forma de participação dos cidadãos na vida da sua autarquia, sendo o grosso da coluna decidido pela câmara. Disse julgar que a despesa corrente está subdimensionada, referindo as horas extraordinárias. O senhor **Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que os valores tinham a ver com as obras por administração direta, os apoios às iniciativas, as licenças sem vencimento, etc.

1) Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2016:-----

Deliberação n.º 1505/2015: A proposta para as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2016, foi retirada da ordem do dia.-----

2) Orçamento do Município de Peniche, para o ano de 2016:-----

Deliberação n.º 1506/2015: A proposta para o Orçamento do Município de Peniche, para o ano de 2016, foi retirada da ordem do dia.-----

3) Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2016:-----

Deliberação n.º 1507/2015: A proposta para o Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2016, foi retirada da ordem do dia.-----

4) Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2016:-----

Deliberação n.º 1508/2015: A proposta para as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2016, foi retirada da ordem do dia.-----

5) Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2016:-----

Deliberação n.º 1509/2015: A proposta para o Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2016, foi retirada da ordem do dia.-----

6) Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2016:-----

Deliberação n.º 1510/2015: A proposta para o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2016, foi retirada da ordem do dia.-----

CUMPRIMENTO DO PRECEITUADO NA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO:

7) Autorização prévia ao Município de Peniche para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano:-----

Deliberação n.º 1511/2015: A proposta de pedido de autorização prévia ao Município de Peniche para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano, para o ano de 2016, foi

retirada da ordem do dia.-----

8) Autorização prévia aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano:-----

Deliberação n.º 1512/2015: A proposta de pedido de autorização prévia aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano, para o ano de 2016, foi retirada da ordem do dia.-----

REUNIÕES DE CÂMARA:

Deliberação n.º 1513/2015: Deliberado concordar com a proposta do senhor Presidente da Câmara, apresentada verbalmente, para a realização de uma reunião extraordinária, no dia 31 de outubro de 2015, com início às nove horas e quinze minutos, e dispensar a convocação escrita. --

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 1514/2015: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.-----

ENCERRAMENTO:

Sendo vinte horas e trinta minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro que eu, *Josselene Nunes Teodoro*, Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, subscrevo.-----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 30 de novembro, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.-----